

30º Congresso do Sindicato Nacional

Base aprova Projeto de Lei de Carreira de Professor Federal do ANDES-SN

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN realizou seu 30º Congresso, no período de 14 a 20 de fevereiro, em Uberlândia (MG). Contou com a participação de 61 seções sindicais, 292 delegados, 41 observadores, 34 diretores do ANDES-SN e dois convidados. Sob o tema "Universidade Pública, Trabalho Acadêmico e Crítica Social", o Sindicato Nacional comemorou suas três décadas de combatividade, atualizou o plano de lutas da categoria e definiu outras ações importantes para o ano em curso.

Na plenária de abertura do evento, o Sindicato Nacional foi saudado por representantes de vários movimentos sociais organizados, como Anel, Fasubra, Sinasefe e Intersindical. Todos parabenizaram o ANDES-SN e sua trajetória coerente em defesa do ensino público de qualidade e de melhores condições de trabalho para os professores.

Representando a Central Sindical e Popular - CSP Conlutas, José Maria de Almeida saudou as três décadas de existência do Sindicato dos Docentes e criticou o corte orçamentário anunciado pelo governo de Dilma Rousseff: "Vamos ver seguramente menos investimentos com educação, com políticas sociais e serviços públicos de forma geral para que se possa aumentar ainda mais o repasse de recursos públicos para o pagamento da dívida pública e para o financiamento da rentabilidade dos banqueiros", disse.

ADUR-RJ S. SIND. ENVIU DELEGAÇÃO AO EVENTO

A ADUR-RJ esteve representada no 30º Congresso pelos docentes: Ana Cristina S. dos Santos, Celia Otranto, Regina C. de Barros, Alexandre Mendes, Heitor F. Mothé Filho, Joecildo F. da Rocha, Joelson Gonçalves e Ramofly B. dos Santos.

Os professores Luis Mauro S. Magalhães (2º Vice-presidente) e Frederico J. Falcão (1º Vice-presidente da Regional Rio de Janeiro) participaram do evento como diretores do Sindicato Nacional.



FOTO: Aline Pereira

PROFESSORES DA UFRRJ PARTICIPAM DO CONGRESSO

DELIBERAÇÕES IMPORTANTES

Foi aprovado, por unanimidade, o Projeto de Lei de Carreira de Professor Federal do ANDES-SN, cuja base é o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos – PUCRCE, conquistado pelos docentes em 1987. O PUCRCE representa um projeto de universidade, organizado sobre valores que foram consignados na Constituição de 1988, tais como, financiamento público, isonomia, autonomia de gestão, estabilidade, paridade na aposentadoria, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, regime preferencial de dedicação exclusiva, dentre outros.

Houve outras deliberações significativas durante o evento, como a aprovação da centralidade da luta para este ano e do plano de comunicação do ANDES-SN. A plenária também aprovou a filiação do Sindicato Nacional à CSP-Conlutas, reafirmando a nova Central como um importante instrumento de mobilização para aglutinação da classe trabalhadora.

Confira, a seguir, as principais deliberações do 30º Congresso.

TAMBÉM NESTA EDIÇÃO:

NOVO GOLPE: MP 525 RECREIA CONTRATOS PRECÁRIOS NAS IFES

PÁGINA 3

FÓRUM ESTADUAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA LOTA AUDITÓRIO NA UERJ

PÁGINA 4

**PROFESSOR (A),
SEJA BEM-VINDO (A) AO
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2011.**

**DIA 15/3 (TERÇA-FEIRA), A
PARTIR DAS 9H, HAVERÁ UM
CAFÉ DA MANHÃ NA SEDE DA
ADUR-RJ.**

COMPAREÇA!

VEJA AS PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES DO 30º CONGRESSO

Unidade da classe trabalhadora

O 30º Congresso referendou a participação do ANDES-SN na Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais – CNESF, respaldando a opção pela Campanha Salarial unificada para 2011. Também indicou a constituição de um Fórum que reúna todos os setores dos movimentos sindical, popular e de luta contra as opressões e que estejam dispostos a organizar a resistência dos trabalhadores contra a cassação de direitos sociais expressos nas diferentes reformas governamentais, além de reafirmar sua participação na construção de um polo classista e de luta.

Por ampla maioria, foi reafirmada a participação do ANDES-SN na CSP- Conlutas. O Sindicato Nacional – desde que se desfilou da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 2004 – ajudou a construir a nova entidade, cujo objetivo é organizar o movimento sindical e popular combativo, classista e independente.

“Muito nos orgulha termos formalizado a filiação à CSP-Conlutas por entendermos que a luta dos docentes deve estar articulada com as lutas dos trabalhadores e que esta articulação só será produtiva se for constituída em um instrumento classista e independente. Sabemos das diferenças entre nós neste tema, por isso nos comprometemos a uma ação de envolvimento e participação do sindicato acompanhada de uma avaliação até o próximo Congresso”, concluiu Marina Pinto, presidente do ANDES-SN.

Projeto de Lei de Carreira do Professor Federal

O Projeto de Lei de reestruturação de Carreira Docente das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) foi aprovado por unanimidade durante o Congresso. Ele, que reafirma as bases do PUCRCE, é fruto de uma construção coletiva, capitaneada pelas discussões do Grupo de Trabalho sobre Carreira e do Setor das Federais, que remetiam os tópicos debatidos para apreciação das assembleias docentes de base, realizadas pelas Seções Sindicais de todo o país.

O QUE PROPÕE O ANDES-SN

O projeto do ANDES-SN defende que a carreira seja única para todos os professores das IFES, independente do nível de ensino a que estejam vinculados. Aponta o restabelecimento da isonomia por meio de remuneração única, que agrega o diferencial de titulação e de regime de trabalho em uma linha só no contracheque, eliminando todas as gratificações. Defende ainda a paridade dos docentes da ativa com os aposentados e pensionistas, ao garantir que cada professor seja enquadrado no mesmo patamar em que estava quando se deu a aposentadoria, garantidos todos os direitos. Fixa também uma estrutura de carreira dividida em 13 níveis, com

degraus de 5% na referência salarial, a serem cumpridos a cada dois anos, o que permite que o professor atinja o topo da carreira em 25 anos. O modelo respeita o direito da professora mulher da educação básica de se aposentar após 25 anos de trabalho, como prevê a legislação, sem prejuízo de seu desenvolvimento na carreira.

PRÓXIMAS AÇÕES

O Projeto de Carreira do ANDES-SN será protocolado no Ministério da Educação – MEC e no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, em março.

A Diretoria do Sindicato Nacional organizará seminários e debates para divulgar a proposta de Carreira de Professor Federal; e agendará a discussão do tema nos Conselhos Universitários e de audiências com a Andifes, com lideranças partidárias e com presidentes das Comissões de Educação e de serviço Público da Câmara e do Senado.

Os docentes exigirão o estabelecimento de uma mesa com o Governo Federal, em que o MEC esteja presente, para negociar o envio do Projeto de Lei da Carreira de Professor Federal para o Congresso Nacional.

FOTOS: Aline Pereira



PROF. JOEL PARTICIPA DAS DISCUSSÕES DO CONGRESSO

A centralidade da luta para este ano será: “Defesa do ANDES-SN como instrumento dos docentes na construção da universidade pública, e das condições de trabalho, a partir da intensificação do trabalho de base na categoria, fortalecendo e ampliando a unidade com o movimento classista e autônomo”.

CONTRIBUIÇÃO SOLIDÁRIA

O 30º Congresso do ANDES-SN deliberou que o Sindicato Nacional contribua financeiramente para a manutenção da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), por um período de um ano. Recomendou que as seções sindicais de sua base também contribuam com a entidade.

31º CONGRESSO SERÁ EM MANAUS

Manaus (AM) sediará o próximo Congresso do ANDES-SN, em 2012. “Nossa entidade possui as condições políticas e organizativas necessárias para uma responsabilidade deste tamanho”, afirmou o presidente da Adua-Seção Sindical, Antônio Oliveira.

VEJA AS PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES DO 30º CONGRESSO

Novos docentes e antigos professores unificam a luta pelas mesmas reivindicações

Durante o Congresso, professores de diferentes Instituições de Ensino Superior, recentemente concursados, reuniram-se para compartilhar expectativas e trocar experiências sobre o cotidiano docente. Os novos professores expuseram algumas dificuldades que têm feito parte das instituições *multicampi*, como exploração da mão-de-obra, falta de espaço para todos, as salas de aulas superlotadas e episódios de assédio moral.

UNIDADE NA LUTA INTERSETORIAL– O congresso deliberou a rearticulação ou a criação de Fóruns Estaduais e Municipais, congregando as entidades representativas da comunidade universitária, para ampliar o trabalho de base e fortalecer as reivindicações da categoria. Aprovou ainda o apoio do ANDES-SN às campanhas salariais desenvolvidas em cada Estado e às lutas pelo financiamento público, por concursos públicos, pelo regime de tempo integral/Dedicção Exclusiva e contra todas as formas de precarização do trabalho docente.

Para o Setor das Particulares, os delegados reafirmaram o ANDES-SN como único e legítimo representante de todas as instituições de ensino superior do país.

PLANO DE COMUNICAÇÃO – A plenária aprovou novas e importantes ações que favorecem a rearticulação da base da categoria. Considerando a comunicação como importante arma para a disputa de hegemonia, o plenário deliberou o Plano de Comunicação do Sindicato. O auditório lotado evidenciou o interesse dos docentes em discutir o tema, considerado estratégico para o desenvolvimento eficaz do plano de lutas da entidade, e denotou a relevância que a pauta adquiriu no âmbito do movimento docente. O Plano prevê a elaboração de materiais que garantam acessibilidade, a partir do desenvolvimento de instrumentos multisensoriais, prevêem a utilização de softwares livres e exploram as novas ferramentas de redes sociais como estratégias para se atingir, principalmente, os novos docentes.



DELEGAÇÃO DA ADUR-RJ ESTEVE ATENTA ÀS VOTAÇÕES NAS PLENÁRIAS DO CONGRESSO

NOVO GOLPE PARA AS IFES: MP 525 REEDITA CONTRATOS PRECÁRIOS

Após anunciar cortes no orçamento, congelamento de vagas e a suspensão de concursos públicos, no último dia 14/2, a Presidenta Dilma Rousseff editou a Medida Provisória (MP) 525, alterando a lei 8745, que versa sobre a contratação de professores substitutos. A MP estabelece que novas vagas de profissionais de ensino em novas instituições podem ser ocupadas por professores temporários, sem a obrigatoriedade da promoção de concursos públicos. A MP valerá também para preencher cargos que ficam descobertos quando docentes assumem vagas em cargos administrativos, como reitor, vice-reitor, pró-reitor ou diretor do campus.

Na avaliação do ANDES-SN, que elaborou moção de repúdio à MP525, o documento institucionaliza a precarização do trabalho docente e do ensino superior público e de qualidade: além de salários menores, é vetado o direito a férias e o acesso ao plano de carreira a estes trabalhadores. “O ANDES-SN defende a rejeição da MP 525 e o investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação pública”, disse Marina B. Pinto, presidente do ANDES-SN.

ACESSE www.adur-rj.org.br para ter acesso à MP 525.

REVISTA UNIVERSIDADE E SOCIEDADE – Durante o Congresso, foi lançada a 46ª edição da Revista *Universidade e Sociedade*, inteiramente dedicada aos 30 anos do ANDES-SN. Pode ser adquirida pelo telefone: (61) 3962-8400.

ERRATA

Na última edição do *Adur Informa*, a Diretoria da ADUR-RJ havia solicitado a alguns docentes da UFRRJ que enviassem depoimentos sobre os 30 anos do ANDES-SN. O Professor Canrobert Costa Neto foi um deles. Contudo, ele gostaria de indicar uma correção em seu relato, conforme segue abaixo:

ONDE SE LÊ: Eu, que integrava uma dessas correntes fora do ANDES e não fazia parte da diretoria da ADUnB (Universidade de Brasília), ajudei a estruturar, durante a greve docente de 1989 na UnB, um grupo político junto ao comando local de greve, contrário

à orientação das diretorias do ANDES e da ADUnB em relação ao encaminhamento proposto por estas diretorias aos comandos de greve no sentido de suspender a paralisação.

LEIA-SE: Eu, que integrava uma dessas correntes fora do ANDES e não fazia parte da diretoria da ADUnB (Universidade de Brasília), ajudei a estruturar, durante a greve docente de 1989 na UnB, um grupo político junto ao comando local de greve, contrário à orientação DO COMANDO NACIONAL DE GREVE, APOIADA PELAS DIRETORIAS DO ANDES E DA ADUNB, em relação ao encaminhamento proposto PELO CNG aos comandos LOCAIS de greve no sentido de suspender a paralisação.

Mobilizar é preciso! Contra a mercantilização do ensino Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública lota auditório na UERJ contra o sucateamento da educação



FOTOS: Aline Pereira

O auditório da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ esteve lotado de professores, estudantes, técnico-administrativos e animadores culturais na tarde do dia 23/2. Na ocasião, foram lançados os 10 Princípios do *Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública - FEDEP*, apresentados pelos professores Roberto Leher, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, e Dermeval Saviani, da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, que defenderam entusiasmadamente maiores recursos para a educação pública. O auditório lotado e os corredores da UERJ repletos de participantes foram entendidos como um exemplo de que a luta em defesa do ensino público segue o rumo certo.

O Prof. Frederico Falcão, do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CTUR, representou o ANDES-SN, como 1º Vice-Presidente da Regional Rio do Sindicato Nacional. Ele lembrou que uma das resoluções do 30º Congresso do ANDES-SN, ocorrido recentemente em Uberlândia, se articula com os princípios defendidos pelo FEDEP. Trata-se da "construção de uma estratégia

de intervenção no processo de elaboração do PNE (Plano Nacional de Educação), em articulação com entidades da educação, tendo como referência o PNE da Sociedade Brasileira, que estabelece 10% do PIB para a educação". O representante do ANDES-SN disse ainda que o Sindicato Nacional apóia todas as manifestações em defesa de um ensino gratuito de qualidade, laico e socialmente referenciado.

Lembrou a luta dos docentes da Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF, há mais de 90 dias em greve, como um exemplo resistência contra o descaso do governo Sérgio Cabral com a educação pública.

Ao longo do evento, estudantes de escolas públicas do RJ apresentaram atividades musicais e artísticas. Representantes da Assembléia Legislativa do RJ também estiveram presentes e prometeram divulgar os princípios do FEDEP, criticando a política estadual para a educação, que obteve, no último ano, uma das piores colocações no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), conforme avaliação do Ministério da Educação.

Princípios do FEDEP

1. Defender a educação pública, gratuita, laica, democrática, e de qualidade social, em todos os níveis, como um direito social e universal e dever do Estado.
2. Exigir do poder público a garantia de acesso e de permanência, assegurando efetiva assistência estudantil (moradia, transporte, meia entrada nos eventos culturais, bolsa de manutenção, etc).
3. Defender a organização de um efetivo Sistema Nacional de Educação que articule e garanta o cumprimento das responsabilidades educacionais dos diferentes entes federais.
4. Defender a aplicação imediata de montante equivalente a, pelo menos, 10% do PIB na educação pública em todos os níveis e que as verbas públicas sejam destinadas somente para as escolas públicas.
5. Combater todas as formas de mercantilização da educação e a introdução de critérios produtivistas no trabalho dos (as) profissionais da educação e na avaliação das instituições e dos (as) estudantes.
6. Exigir controle social sobre a educação privada, como concessão do poder público. É função do Estado regulamentar e fiscalizar seu funcionamento, observando a garantia de carreira digna aos (às) seus (suas) trabalhadores (as) e a autonomia didático-científica diante de suas mercadorias.
7. Articular a luta em prol da qualidade da educação com a defesa da garantia pelo Estado das condições de trabalho dos (as) profissionais de educação, incluindo a valorização salarial e a autonomia didático-científica.
8. Exigir que a gestão democrática das instituições e sistemas educacionais seja realizada por meio de órgãos colegiados democráticos.
9. Defender a formação inicial e continuada, pública, gratuita, presencial e de qualidade de todos (as) os (as) trabalhadores (as) em educação, em todos os níveis e modalidades educacionais.
10. Ampliar o debate com os movimentos sociais e populares e entidades acadêmicas com o objetivo de reconstruir o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e fortalecer a luta pela elaboração coletiva e democrática do Plano Nacional de Educação 2011-2021, tendo como referência o Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira.

ACESSE WWW.FEDEP.ORG.BR



**A PÁGINA DA ADUR-RJ ESTÁ COM
UM NOVO FORMATO. ACESSE WWW.ADUR-RJ.ORG.BR E CONFIRA
NOTÍCIAS DE INTERESSE DO
MOVIMENTO DOCENTE**